

MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON

PLANO DE BENEFÍCIOS
CONTABILPREV

Relatório
Anual
2021

Sumário

Mensagem da Diretoria Executiva	3
Demonstrações Contábeis	4
Participação das Receitas e Despesas no PGA	20
Gestão e Participantes	21
Cenário Econômico	22
Política de Investimentos	23
Parecer Atuarial	26
Relatório dos Auditores Independentes	30
Parecer do Conselho Fiscal	32
Manifestação Conselho Deliberativo	33

Mensagem da Diretoria Executiva

O ano de 2021 foi marcado por grandes conquistas, com a certeza de que muitos desafios foram superados.

É com muita satisfação que apresentamos o Relatório Anual de Informações de 2021, o qual os resultados comprovam a seriedade e transparência de nosso trabalho.

Dentre as conquistas realizadas, destaca-se o grande crescimento da Entidade com a adesão de novos patrocinadores, em especial entes públicos, e com a criação de três novos planos de benefícios. Entre os patrocinadores, temos o Município do Rio de Janeiro/RJ, com o Plano de Benefícios CARIOCA-PREV e o Município de Salvador/BA com o Plano de Benefícios Capitalprev.

Contamos ainda com aprovação do Plano de Benefícios MAG Federação, que já possui catorze patrocinadores, todos esses envolvendo a previdência complementar dos servidores públicos. Também aprovamos um Plano de Benefícios Instituído, o PrevEduca, cujo instituidor é a Associação Nacional das Universidades Particulares – ANUP.

Todos esses, patrocinadores e instituidores, possuem um imenso potencial de agregar participantes aos planos de benefícios, trazendo o crescimento esperado.

A pandemia do coronavírus permaneceu durante o ano, cujos efeitos foram minimizados pelas acertadas estratégias de enfrentamento da covid-19. Durante todo este período extremamente desafiador, mantivemos o monitoramento frente a eventuais impactos econômicos e financeiros. Estamos atentos em razão do conflito na Ucrânia, mantendo o monitoramento constante frente às oscilações e conjuntura do mercado financeiro.

Foram implementadas, com sucesso, as modificações realizadas no Regulamento do Plano de Benefícios Mongeral destinados aos empregados, com o oferecimento da alteração da elegibilidade a aposentadoria normal e antecipada, e demais modificações, em benefício aos participantes.

A carteira de empréstimos cresceu, e se consolidou, mantendo para os participantes grandes vantagens frente às taxas oferecidas no mercado financeiro em geral, com percentuais muito menores, favorecendo em especial os participantes, garantindo rentabilidade no longo prazo acima do índice de referência do plano, e amenizando também os drásticos efeitos da pandemia ao longo desse período. O programa de educação financeira e previdenciária permanece atuante, trazendo informações nos mais diversos assuntos, buscando a conscientização sobre o tema, levando a mensagem das vantagens decorrentes da adoção e prática dos valores da educação financeira.

Nosso site demonstrou que as funcionalidades e recursos apresentados, atenderam aos objetivos de pleno acesso dos participantes, com praticidade e objetividade, com um ambiente seguro com muita informação, que atende plenamente aos requisitos legais e aos anseios dos participantes.

Evoluímos nos estudos de implantação do Plano Família MAG, com a busca de melhores soluções para os participantes e seus familiares, de modo a ampliar os serviços oferecidos aos participantes. Este importante projeto deverá ser efetivamente implementado ao longo do exercício de 2022.

Em 2022, permanecemos buscando o crescimento constante, com a implantação de novos projetos, com seriedade e firmeza no objetivo de construir cada vez mais um futuro seguro e tranquilo para nossos participantes.

Boa leitura!

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial Consolidado

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020		2021	2020
ATIVO			PASSIVO		
Disponível	2.008	441	Exigível operacional	1.193	423
REALIZÁVEL	104.935	100.671	Gestão previdencial	312	273
Gestão previdencial	980	730	Gestão Administrativa	13	5
Gestão administrativa	114	22	Gestão de Investimentos	868	145
INVESTIMENTOS	103.841	99.919	PATRIMÔNIO SOCIAL	105.750	100.689
Títulos públicos (Nota 4.1)	10.362	2.694	Patrimônio de cobertura do plano (Nota 5)	104.083	99.763
Ações (Nota 4.1)	0	3.987	Provisões matemáticas	106.131	99.488
Fundos de investimentos (Nota 4.1)	88.923	92.578	Benefícios concedidos	22.397	19.094
Empréstimos (Nota 4.2)	4.138	660	Benefícios a conceder	83.734	80.394
Outros realizáveis	418	0	EQUILÍBRIO TÉCNICO	(2.048)	275
TOTAL DO ATIVO	106.943	101.112	Resultados realizados		
			Superávit técnico acumulado	0	275
			Déficit técnico acumulado	(2.048)	0
			FUNDOS (NOTA 6)	1.667	926
			Fundos previdenciais	443	647
			Fundos administrativos	1.224	279
TOTAL DO PASSIVO	106.943	101.112			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - Consolidada

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO	100.689	97.581	3,19
1. ADI�OES	16.217	11.467	41,42
Contribui�es previdenciais	11.296	9.605	17,61
Portabilidade	0	3	(100)
Indeniza�o de riscos terceirizados	63	0	0
Reversão de fundos administrativos	3	0	0
Outras adi�es	2	23	(91,30)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	2.626	1.308	100,76
Receitas administrativas	2.219	524	323,47
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão administrativa	8	4	100
2. DESTINA�OES	(11.156)	(8.359)	33,46
Benefícios	(1.490)	(1.472)	1,22
Resgates	(5.676)	(4.434)	28,01
Portabilidade	(1.774)	(981)	80,84
Repasse risco terceirizado	(776)	(893)	(13,10)
Outras destina�es	(158)	(9)	1.655,56
Despesas administrativas	(1.279)	(570)	124,39
Reversão de recursos para o plano de benefícios - gestão administrativa	(3)		
3. ACRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)	5.061	3.108	62,84
Provisões matemáticas	6.642	5.386	23,32
Superávit (déficit) técnico do exercício	(2.208)	(2.350)	(6,04)
Fundos previdenciais	(318)	114	(378,95)
Fundos administrativos	945	(42)	(2.350)
B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	105.750	100.689	5,03

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO	801	793	1,01
1. ADIÇÕES	201	201	0
Contribui�es	182	203	(10,34)
Resultado positivo líquido dos investimentos - gestão previdencial	19	(2)	(1.050)
2. DESTINAÇÕES	(178)	(193)	(7,77)
Benefícios	(0)	(3)	(100)
Resgates	(81)	(102)	(20,59)
Portabilidade	(17)	0	0
Repasse risco terceirizado	(78)	(85)	(8,24)
Custeio administrativo	(2)	(3)	(33,33)
3. ACRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)	23	8	187,50
Provisões matemáticas	23	8	187,50
B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)	824	801	2,87
C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	5	0	100
Fundos administrativos	5	0	100

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
1. ATIVOS	864	817	5,75
Disponível	0	0	0
Recebível	10	5	100
Investimento	854	812	5,17
Ações	0	39	(100)
Fundos de investimentos	853	773	10,35
Outros realizáveis	1	0	0
2. OBRIGAÇÕES	34	14	142,86
Operacional	34	14	142,86
3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS	6	2	200,00
Fundos administrativos	6	2	200,00
5. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)	824	801	2,87
Provisões matemáticas	824	801	2,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Plano de Gestão Administrativa - Consolidada

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	279	321	(13,08)
1. CUSTEIO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA	2.227	528	321,78
1.1. RECEITAS	2.227	528	321,78
Custeio administrativo da gestão previdencial	2.219	491	351,93
Custeio administrativo dos investimentos	0	33	(100)
Resultado positivo líquido dos investimentos	8	4	100
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(1.279)	(570)	124,39
2.1. ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	(1.279)	(570)	124,39
Treinamentos, congressos e seminários	(2)	(14)	(85,71)
Serviços de terceiros	(1.144)	(484)	(136,36)
Despesas gerais	(22)	(39)	(43,59)
Tributos	(111)	(33)	236,36
4. REVERSÃO DE RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	(3)	0	0
6. SOBRA (INSUFICIÊNCIA) DA GESTÃO ADMINISTRATIVA (1+2+4)	945	(42)	(2.350)
7. CONSTITUIÇÃO (REVERSÃO) DO FUNDO ADMINISTRATIVO (6)	945	(42)	(2.350)
B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+7)	1.224	279	338,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis

Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios

Em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2021	2020	VARIAÇÃO (%)
PROVISÕES TÉCNICAS (1+4)	858	815	5,28
1. PROVISÕES MATEMÁTICAS	824	801	2,87
1.2. Benefícios a conceder	824	801	2,87
Contribuição definida	824	801	2,87
Saldo de contas - Parcela participantes	824	801	2,87
4. EXIGÍVEL OPERACIONAL	34	14	142,86
4.1. Gestão previdencial	6	7	(14,29)
4.2. Gestão investimento	28	7	300

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade” ou “MAFP”) foi instituída como entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, de fins previdenciários e não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira e personalidade jurídica de direito privado, com o objetivo de administrar, instituir, executar e operar planos de benefícios de caráter previdenciário. O início de suas atividades se deu em 1º de novembro de 2005, aprovado pela Portaria nº 105 da Secretaria de Previdência Complementar, de 24 de agosto de 2004.

É qualificada como multiplano, administrando plano ou conjunto de planos de benefícios para diversos grupos de participantes, com independência patrimonial. Por congregarem mais de um patrocinador ou instituidor, a Mongeral Aegon Fundo de Pensão é qualificada como multipatrocinada.

Na implantação da Mongeral Aegon Fundo de Pensão, em novembro de 2005, foi transferido para esta entidade o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792), anteriormente administrado pelo Icatu Hartford Fundo de Pensão, e naquela mesma época houve a transferência do saldo dos recursos coletados no Icatu Hartford Fundo de Pensão para a Mongeral Aegon Fundo de Pensão.

Em 16 de dezembro de 2011, através do Ofício nº 5.474/CGAF/DITEC/PREVIC, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários dos Militares Estaduais - Plano ABEPOMPREV (CNPB 2011002419), através de convênio de adesão da Associação Beneficente dos Militares Estaduais - ABEPOM, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 21 de junho de 2012, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 331, foi aprovada a implantação do Plano de Benefícios Previdenciários Contábil Prev (CNPB 2012001238), através de convênio de adesão da Federação dos Contabilistas do Estado de Rio Grande do Sul - FEDERACON, na condição de instituidora do referido Plano.

Em 24 de dezembro de 2013, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 721, foi aprovado o regulamento do Plano de Benefícios TECPrevi (CNPB 2013002319), através de convênio de adesão da Acate Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia e suas Associadas, na condição de patrocinadoras do referido Plano.

O Plano TECPrevi teve o processo de retirada de patrocínio aprovado através da Portaria Previc nº 664 de 29 de setembro de 2020, tendo como data de cálculo das obrigações dos participantes a base de 31/10/2020 sendo realizados os pagamentos e finalização das obrigações do plano na data efetiva de 29/01/2021.

O Plano TECPrevi durante o ano de 2021 teve seu processo de encerramento encaminhado a PREVIC através do SEI nº 0369685 enviado em 29/04/2021, aprovado através da Portaria Previc nº 237 de 11 de março de 2022.

Em 13 de janeiro de 2016, através da portaria MPS/PREVIC/DITEC nº 23, foi aprovada a transferência de gerenciamento do Plano Prevtran (CNPB 2010004183) da Petros – Fundação Petrobras de Seguridade Social para o Mongeral Aegon Fundo de Pensão, através de convênio de adesão da Associação dos Despachantes de Trânsito do Estado de Santa Catarina e da Cooperativa de Crédito Mútuo dos Despachantes de Trânsito de Santa Catarina instituidoras do referido Plano.

A Entidade administra atualmente o Plano de Benefícios nº 3 (CNPB nº 199700792) na modalidade de contribuição variável, o Plano de Benefícios Mongeral (CNPB nº 2006004638), ABEPOMPREV (CNPB nº 2011002419), Prevtran (CNPB nº 201004183) e Contábil Prev (CNPB nº 2012001238), na modalidade de contribuição definida.

APRESENTAÇÃO DA ENTIDADE E CONTEXTO OPERACIONAL			
PLANO DE BENEFÍCIOS	CNPB	MODALIDADE	PATROCINADOR/INSTITUIDOR
PB nº 3	1997000792	Contribuição Variável	MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
			MONGERAL AEGON SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A
PB Mongeral	2006004638	Contribuição Definida	MONGERAL AEGON ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA.
			MONGERAL AEGON INVESTIMENTOS LTDA.
			LONGEVITY SERVICES CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.
			MAG PAGAMENTOS LTDA.
			INSTITUTO DE LONGEVIDADE MONGERAL AEGON
			WINSOCIAL ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS
			ADOTESC
PREVTRAN	2010004183	Contribuição Definida	SICOOB CREDITRAN
ABEPOMPREV	2011002419	Contribuição Definida	ABEPOM
CONTABIL.PREV	2012001238	Contribuição Definida	FEDERACON

1.1 Impactos causados pela COVID-19

A recuperação do nível de atividade no mundo depois da forte queda no início da pandemia foi marcada por rupturas nas cadeias produtivas, deslocamento da demanda de serviços para bens e por desequilíbrios no mercado de trabalho. Esses fatores e a pressão inflacionária decorrente têm persistido, levando as autoridades monetárias de diversos países a apertarem suas políticas, com impacto nas expectativas de crescimento, também reduzidas pelos efeitos do surto da nova variante do vírus da Covid-19, que fez diminuir a atividade, principalmente no setor de serviços. O FMI reviu a previsão de crescimento do PIB global em 2022 de 4,9% para 4,4%, e o Banco Mundial, de 4,3% para 4,1%.

A elevação da inflação em 2021 foi um fenômeno bem disseminado: Estados Unidos, Zona do Euro, países da América Latina e do Leste Europeu são alguns exemplos. Os preços das commodities, que subiram bastante em 2020 e 2021, continuaram, de maneira geral, em trajetória de alta no começo de 2022.

A crise econômica afetou os investimentos das EFPC, que não obtiveram resultados satisfatórios para atender as exigências atuariais, o resultado ficou abaixo das expectativas da meta atuarial ou do índice de referência, dependendo do plano. Os resultados deficitários de 2021 estão sendo discutidos no âmbito dos órgãos reguladores, para serem tratados como resultados de cunho estrutural da economia do país, buscando desta forma não afetar diretamente as EFPC com a obrigação de aprovação de contratos de dívidas entre participantes e patrocinadores.

No MAGFP não foi diferente e o resultado, embora positivo, ficou abaixo do esperado para os planos administrados. Estratégias foram traçadas com o gestor da carteira durante o ano, para absorver os impactos negativos. Apesar dos impactos negativos o Plano de Contribuição Variável não apresentou ao final do exercício déficit a equacionar.

2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) e em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 43 de 06 de agosto de 2021, a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, atualizada pela Instrução Previc nº 44 de 23 de novembro de 2021 e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC TE 11.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade.

As demonstrações contábeis, consolidadas e por plano, elaboradas e encaminhadas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, são as seguintes:

- Balanço Patrimonial Consolidado
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social
- Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
- Demonstrac o do Ativo Líquido por Plano de Benefícios
- Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidada
- Demonstrac o das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios

RECLASSIFICA O DAS DEMONSTRA ES CONTÁBEIS 2020

Em virtude da altera o normativa vigente a partir de janeiro de 2021, implementada pela Instru o Previc n  31, de 20 de agosto de 2020 e atualizada pela Instru o Previc n  44, de 23 de novembro de 2021, que dentre outros aspectos efetuou ajustes e adequa es na planifica o contábeis e demonstra es contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, as demonstra es contábeis relativas ao exercício social de 2020 foram ajustadas, para fins comparativos com o exercício social de 2021, como segue:

• Demonstrac o da Muta o do Patrimônio Social

Abertura das adi es em três grupos: Contribui es Previdenciais; Portabilidade; e outras adi es. A reclassifica o realizada não alterou o valor das adi es totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

Abertura das destina es nas seguintes rubricas: Benefícios; Resgates; Portabilidade; Repasse risco terceirizado; e outras destina es. A reclassifica o realizada não alterou o valor das destina es totais nem o patrimônio social no exercício social de 2020.

• Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa Consolidado

Até o exercício social de 2020 os valores das despesas administrativas eram apresentados de forma segregada entre administra o previdencial, administra o dos investimentos, Comuns e Específicas. Para fins de reclassifica o comparativa, os valores das despesas administrativas apresentados em 2020 foram consolidados, não ocorrendo altera o nos valores das despesas administrativas totais nem no saldo do Fundo Administrativo Consolidado.

ANO 2020 INST SPC 34/2009		ANO 2020 INST PREVIC 31	
2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(570)	2. DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(570)
2.1 Gestão Previdencial	(537)	2.1 Adm. planos Previdenciais	(570)
Despesas Comuns	(537)	Treinamentos/congressos	(14)
Treinamentos/congressos	(14)	Serviços de terceiros	(484)
Serviços de terceiros	(451)	Despesas Gerais	(39)
Despesas Gerais	(39)	Tributos	(33)
Tributos	(33)		
2.2 Investimentos			
Despesas Comuns	(33)		
Serviços de terceiros	(33)		

As demonstrações contábeis da Entidade são apresentadas na estrutura de gestão individualizada, considerando os registros contábeis em gestões (Previdencial e Administrativa) e o Fluxo dos investimentos, que é comum às Gestões Previdencial e Administrativa, segundo a natureza e a finalidade das transações, formando um conjunto de informações que caracterizam as atividades destinadas à realização das funções da Entidade:

• **Gestão previdencial**

Atividade de registro e de controle das contribuições, dos benefícios e dos institutos previstos no artigo 14 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, bem como do resultado do plano de benefícios de natureza previdenciária.

• **Gestão administrativa**

Atividade de registro e de controle inerentes à administração dos planos de benefícios.

• **Investimentos**

Registro e controle referentes à aplicação dos recursos de cada plano de benefício.

Todos os recursos que transitam pela Entidade têm sua origem nos planos previdenciais e são segregados por plano de acordo com sua origem e aplicação, assim, os recursos garantidores de cada plano são apurados de acordo com a movimentação financeira. A contabilização é segregada por plano através de balancetes individuais que são consolidados para um acompanhamento global.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 31 de março de 2022.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas podem ser resumidas como segue:

a) Elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração e foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as normas contábeis específicas, da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Conforme constam destas diretrizes, as práticas contábeis adotadas pela Entidade são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar.

A escrituração contábil é feita pelo regime de competência, à exceção das contribuições de autopatrocinados e de participantes e instituidores vinculados aos planos de instituidores, estruturados na modalidade de contribuição definida, que são operações registradas pelo regime de caixa, e obedecem à planificação de contas padrão em vigor para as entidades fechadas de previdência complementar (Resolução CNPC N° 43 de 06 de agosto de 2021, Art. 10 parágrafo 1º).

b) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. As contribuições de autopatrocinados são registradas pelo regime de caixa.

c) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis certos valores são registrados por estimativa, as quais são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. Itens significativos registrados com base em estimativas contábeis incluem as provisões matemáticas, o valor de realização dos ativos, o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, entre outros. A Entidade revisa periodicamente tais estimativas e premissas. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo de sua apuração.

d) Realizável

• Gestão previdencial

O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores e pelos direitos da Entidade, relativos às contribuições das patrocinadoras e dos participantes.

• Gestão administrativa

O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

• Investimentos

Em atendimento à Resolução CNPC n° 43, de 06 de agosto de 2021, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

i) Títulos para negociação

Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas não realizados reconhecidos no resultado do exercício.

ii) Títulos mantidos até o vencimento

Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Entidade mantenha interesse e capacidade financeira de resgatá-los somente no vencimento. Os rendimentos incorridos até a data do balanço, de acordo com seus índices de correção, são apropriados no resultado do exercício.

Em 2021 não houve reclassificação de Títulos Públicos. Os estudos indicam capacidade de manutenção dos referidos valores até a sua liquidação.

e) Custódia de títulos

A carteira de investimentos da Entidade é terceirizada. Os ativos encontram-se consolidados pelo custodiante BNY Mellon Banco S.A. e custodiados nas seguintes “clearings”: Central de Custódia e Liquidação de Títulos Privados – CETIP; Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC; e B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

f) Exigível operacional

Registra os valores a pagar assumidos pelos planos previdenciais e pelo Plano de Gestão Administrativa.

g) Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas foram determinadas por atuário habilitado e representam os compromissos acumulados no encerramento do exercício segregados por plano de benefício, quanto aos benefícios concedidos e a conceder, assegurados aos participantes ou a seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020, que incluem os institutos do benefício proporcional diferido, portabilidade, resgate e autopatrocínio, na forma prevista na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, institutos esses regulamentados pela Resolução CGPC nº 06, de 30 de outubro de 2003.

h) Equilíbrio Técnico

Apresentação do resultado entre o total dos recursos garantidores de um plano de benefícios, acrescido das contribuições futuras, e o total dos compromissos atuais e futuros desse plano.

• Superávit/Déficit técnico acumulado

Representa o excedente ou a insuficiência patrimonial de recursos para a cobertura das provisões matemáticas (recursos necessários para arcar com o pagamento de benefício dos participantes).

Quando a diferença entre os ativos e os compromissos do plano de benefícios é positiva, implica dizer que o plano apresenta um superávit. Já quando ocorre o contrário, diz-se que ocorreu um déficit, o qual vem representar a insuficiência de recursos para cobertura de compromissos do plano.

No caso de superávit, o resultado positivo será contabilizado na conta de Reserva de Contingência, até o limite definido pela legislação. O valor que exceder a tal limite deverá ser contabilizado na conta de Reserva Especial para Revisão do Plano de Benefícios.

i) Fundos

• Fundos Previdenciais – Parcela Patronal

É composto pelas parcelas de contribuição das patrocinadoras que não foram utilizadas para o pagamento de benefícios em função das condições de elegibilidade e tipo de benefício pago ao participante no momento de seu desligamento. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para a redução de contribuições futuras da patrocinadora.

• Fundos Previdenciais - Diferenças de Cotas

Constituído nos planos conforme nota técnica atuarial e representa os valores remanescentes das rentabilidades positivas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota menor do mês anterior. Os valores acumulados serão utilizados para cobrir eventuais diferenças de rentabilidade negativas dos saldos de contas cujos resgates ou portabilidades foram pagos com a cota maior do mês anterior.

• Fundos administrativos

Corresponde ao valor apurado decorrente das sobras, entre as contribuições para a cobertura das despesas administrativas previdenciais, o rendimento da aplicação dos recursos administrativos e as despesas administrativas previdenciais mensais efetivamente incorridas. Os valores acumulados no Fundo poderão ser utilizados para custear as despesas administrativas do exercício subsequente.

j) Imposto de renda e PIS/COFINS

• Impostos de renda

Com advento da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005, o imposto de renda na fonte incide sobre os benefícios e resgates pagos aos participantes dos planos estruturados na modalidade de contribuição definida ou contribuição variável, de acordo com a opção realizada pelo participante e regras dispostas na Lei, ocorrem da seguinte forma:

- i) Por tabela regressiva, que varia entre 35% a 10%, dependendo do prazo de acumulação dos recursos do participante no plano de benefícios.
- ii) Por tabela progressiva do imposto de renda retido na fonte para as pessoas físicas.

• PIS e COFINS

Calculados às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, sobre as receitas administrativas (receita bruta excluída, entre outros, pelos rendimentos auferidos nas aplicações financeiras destinadas a pagamentos de benefícios de aposentadoria, pensão, pecúlio e de resgate).

4. INVESTIMENTOS

A Gestão dos recursos garantidores da Entidade, sob responsabilidade da Mongeral Aegon Investimentos Ltda., segue as diretrizes estabelecidas pelos normativos legais, em especial a Resolução CMN nº 4.661 de 25/05/2018, bem como a Política de Investimentos, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo com horizonte de cinco anos, que determina diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores das Provisões Matemáticas.

4.1 Carteira de Investimentos

A carteira de investimentos consolidada e por plano de benefícios é composta como segue:

	2021							
	PB Mongeral	PB N°3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
Títulos Públicos	-	10.362		-	-	-	-	10.362
Títulos Públicos Federais	-	10.362		-	-	-	-	10.362
NTN – Série B	-	10.362		-	-	-	-	10.362
Ações	0	-	-	0	0	0	0	0
Fundos de investimentos	69.742	6.172	176	9.959	853	2.021	0	88.923
Renda Fixa	1.507	6.172	176	384	6	263	0	8.508
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.058	6.073	-	277	-	-	-	7.664
Mongeral Aegon Institucional	449	99	176	107	6	-	-	844
Multimercado	68.235	-	-	9.575	847	1.758	0	80.415
Mongeral Aegon Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongeral Aegon Multiprev	68.235	-	-	9.575	847	1.758	0	80.415
Total	69.742	16.534	176	9.959	853	2.021	0	99.285

	2020							
	PB Mongeral	PB N°3	PGA	ABEPOM PREV	CONTÁBIL PREV	PREVTRAN	TEC PREVI	Consolidado
Títulos Públicos	-	2.694		-	-	-	-	2.694
Títulos Públicos Federais	-	2.694		-	-	-	-	2.694
NTN – Série B	-	2.694		-	-	-	-	2.694
Ações	3.171	-	-	531	39	139	107	3.987
Bovespa Cód.PFIN11 Papel PNE	-	-	-	-	-	139	107	-
Papel PNE	3.171	-	-	531	39	-	-	3.987
Fundos de investimentos	62.197	14.683	170	10.050	773	2.653	2.052	92.578
Renda Fixa	2.416	14.683	170	287	-	281	-	17.837
Mongeral Aegon Inflação Instit	1.358	14.634	-	287	-	281	-	16.279
Mongeral Aegon Institucional	1.058	49	170	-	-	-	-	1.277
Multimercado	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
Mongeral Aegon Multimercado	-	-	-	-	-	-	-	-
Mongeral Aegon Multiprev	59.781	-	-	9.763	773	2.372	2.052	74.741
Total	65.368	17.377	202	10.581	812	2.792	2.159	99.259

4.1.1 Títulos mantidos até o vencimento

É demonstrada a seguir a composição analítica dos títulos mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	2021			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		2.500	10.362	10.119
Títulos Públicos		-	10.362	10.119
Títulos Públicos Federais		-	10.362	10.119
Notas do Tesouro Nacional - B		-	10.362	10.119
B909272 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	963	967
B909270 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.284	1.424
B909273 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	732	832
C550785A 15/08/2028 aquisição 11/11/2021	IPCA+5,24	26	105	105
C550826A 15/08/2028 aquisição 11/11/2021	IPCA+5,24	474	1.909	1.910
C378190 15/05/2035 aquisição 31/03/2021	IPCA+3,95	385	1.766	1.567
C378189 15/08/2030 aquisição 31/03/2021	IPCA+3,91	815	3.603	3.314

	2020			
	Indexador/ Taxa de Juros %	Quantidade	Valor contábil	Valor de mercado
Títulos mantidos até o vencimento		800	2.694	3.489
Títulos Públicos		-	2.694	3.489
Títulos Públicos Federais		-	2.694	3.489
Notas do Tesouro Nacional - B		-	2.694	3.489
B40103A 15/08/2022 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,29	250	870	955
B40944 15/05/2035 aquisição 12/12/2013	IPCA+6,44	350	1.161	1.578
B42377A 15/08/2050 aquisição 17/12/2013	IPCA+6,42	200	663	956

5. CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO

A Mongeral Aegon Fundo de Pensão tem como administrador fiduciário o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. cujos serviços encontram-se estabelecidos no contrato celebrado entre as partes. Sobre os serviços pactuados no contrato, a Entidade irá remunerar o BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A. a uma taxa de administração 0,03% a.a. (0,03% a.a. em 2020), sobre a parcela diária do patrimônio líquido da carteira, cumulativa durante o mês, paga até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente.

6. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DECORRENTES DO PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para fins de consolidação das demonstrações contábeis, o equilíbrio técnico e a Participação no Plano de Gestão Administrativa – PGA são eliminados através de Balancete de Operações comuns.

CLASSIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO	2021	2020
1	Ativo	-	-
1.02	Realizável	-	-
1.02.02	Gestão administrativa	-	-
1.02.02.03	Participação no plano de gestão administrativa	864	279
1.02.02.03.01	Participação no PGA	(864)	(279)
2	Passivo	-	-
2.03	Patrimônio social	-	-
2.03.02	Fundos	-	-
2.03.02.02	Fundos Administrativos	864	279
2.03.02.02.02	Participação no fundo administrativo PGA	(864)	279

7. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Não existem contingências mensuráveis e/ou conhecidas que possam resultar em provisões para perdas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.


8. EVENTOS SUBSEQUENTES

No início de 2022 o conflito entre Rússia e Ucrânia já impactou os países e as relações internacionais, os efeitos comerciais são factíveis pelos recentes desequilíbrios observados no fornecimento de petróleo e derivados, produtos agrícolas, como trigo, milho e óleo de girassol, e fertilizantes. Instabilidades que acometem a segurança energética e alimentar refletem na alta dos preços das commodities, que já vinham em uma tendência de alta em consequência da pandemia. A magnitude dos efeitos do conflito geopolítico ainda é difícil de mensurar, mas é certo que esses efeitos serão maiores quanto mais intensas forem as sanções adotadas de parte a parte, envolvendo um grande número de países. No Brasil a alta dos combustíveis e a falta de fertilizantes já é algo real gerando impactos nos preços dos produtos e serviços.


A Entidade, em 2022, acompanhará os eventuais impactos econômicos e financeiros, decorrentes do conflito geopolítico em curso no leste europeu e das estimativas de aumento da inflação, das taxas de juros e menor crescimento no Brasil.

A Resolução CNPC nº 46 de 1º outubro de 2021, estabelece que as EFPC devem inscrever, cada plano de benefícios que administra, bem como o Plano de Gestão Administrativa – PGA, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, conforme regulamentação da Receita Federal do Brasil. Atualmente, os planos de benefícios são inscritos em CNPB para controle da PREVIC, portanto, com esta determinação esses mesmos planos passarão a possuir CNPJ para controle da Receita Federal. O prazo para a operacionalização, nos termos da Resolução, se encerra no mês dezembro de 2022.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

DocuSigned by:

 E6BA2412F370418...

Luis Ricardo Marcondes Martins
 Diretor Superintendente
 CPF 104.904.438-00

DocuSigned by:

 490A6D0B1BDC43B...

Marta Almeida da Silva
 Contadora CRC-RJ 075.023/O-5
 CPF 722.624.607-44

Participação das Receitas e Despesas no PGA

PARTICIPAÇÃO DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS NO PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	CONTABILPREV	
	2021	2020
SALDO ANTERIOR DA PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	2.254,13	2.505,86
RECEITAS ADMINISTRATIVAS	15.077,65	4.112,37
GESTÃO PREVIDENCIAL	15.009,68	3.825,92
GESTÃO INVESTIMENTOS	0,00	257,67
FLUXO DOS INVESTIMENTOS	67,97	28,78
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-10.331,05	-4.441,52
ADMINISTRAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIAIS	-10.331,05	-4.441,52
TREINAMENTOS/CONGRESSOS E SEMINÁRIOS	-15,02	-103,65
SERVIÇOS TERCEIROS	-9.238,85	-3.776,49
DESPESAS GERAIS	-177,89	-306,91
TRIBUTOS	-899,28	-254,47
REVERSÃO RECURSOS PARA O PLANO DE BENEFÍCIOS	-23,91	0,00
SALDO (RECEITAS - DESPESAS)	4.722,70	-329,15
SALDO FINAL DA PARTICIPAÇÃO NO FUNDO ADMINISTRATIVO	6.976,83	2.176,71

Gestão de Participantes

O Plano de benefícios ABEPOMPREV em conformidade com a Resolução CNPC nº 32 de 04/12/2019, apresenta abaixo o resumo de 2021 de quantidade de participantes e assistidos, patrocinadores e instituidores, montante das contribuições recebidas e benefícios pagos.

DESCRIÇÃO	VALORES
*Participantes Ativos	104
*Participantes Aposentados	0
*Benefícios de Pensão	0
*Instituidor	1
**Contribuições Recebidas	R\$ 182.003,47
**Portabilidades Recebidas	R\$ 0,00
**Pecúlios Recebidos	R\$ 0,00
**Pagamentos de Resgates	R\$ 80.972,88
**Pagamentos de Benefícios	R\$ 0,00
**Pagamentos de Portabilidades	R\$ 17.562,10

* Posição em 31/12/2021

** Período de 01/01/2021 a 31/12/2021

ÍNDICES	
Taxa de Administração	0,00%
Despesas Administrativas sobre o Total de Participantes	Em 2021 foi de R\$ 97,22
Despesas Administrativas sobre o Ativo Total	Em 2021 foi de R\$ 1,232%
Despesa de Pessoal	Em 2021 foi de R\$ 0,00
Taxa de Carregamento	Em 2021 foi de 2,00%
Despesa Administrativa sobre os Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios de Caráter Previdenciário Administrados	Em 2021 foi de 1,229%
Despesas Administrativas sobre as Receitas Administrativas	Em 2021 foi de 57,66%
Evolução do Fundo Administrativo	Em 2021 o Fundo Administrativo cresceu 344% fechando em R\$ 9.672,91

Cenário Econômico

Retrospectiva 2021

A vacinação no país contra a COVID-19, após um início incerto quanto à chegada dos imunizantes, avançou no segundo semestre. No final de 2021 o Brasil estava entre os países com o maior percentual de vacinados, possibilitado pela capilaridade do sistema público de saúde e pela cultura nacional favorável à vacina. Os imunizantes se mostraram eficazes na diminuição das mazelas relacionadas à doença e, principalmente, na redução expressiva de óbitos, permitindo uma reabertura gradual do setor de serviços, notadamente o que mais sofreu com a restrição social imposta pela pandemia. A aplicação de doses de reforço nos idosos já em 2021, e o planejamento para a vacinação no próximo ano, trazem confiança na continuidade da melhora da pandemia.

A atividade econômica mostrou recuperação expressiva no primeiro semestre, que chegou a motivar estimativas de crescimento do PIB acima de 5% em 2021. Entretanto, choques globais de oferta, relacionados ao retorno da atividade em todo o mundo, causaram quebras nas cadeias de suprimentos e alta nos custos de energia. Esses eventos têm afetado a produção industrial e trazido inflação ao redor do globo.

Além desses choques de oferta, a inflação tem sofrido o impacto da alta dos preços dos alimentos e do aumento da demanda por serviços no pós-pandemia. O IPCA fechou em 10,06% no ano, muito acima da meta de 3,75%, e as expectativas do mercado para os próximos anos também desancoraram. Após levar a Selic para 2,0% na pandemia, o Banco Central subiu a taxa de juros para 9,25% em 2021. Além da inflação, a incerteza institucional quanto às contas públicas motivou aumentos nas taxas de juros de prazos mais longos, ainda que os números fiscais de curto prazo tenham mostrado forte recuperação, beneficiados pela expressiva arrecadação de impostos. O debate em torno da formalização de um novo programa social ocupou boa parte do debate político, junto com a apuração do comportamento do governo na pandemia, impossibilitando o avanço da agenda de reformas durante o ano.

Política de Investimentos

1. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

A Política de Investimentos estabelece as bases sobre as quais os ativos da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderão ser investidos no intervalo de 2022 a 2026.

A Política de Investimentos foi elaborada pela Diretoria Executiva com o intuito de viabilizar a continuidade do gerenciamento prudente e eficiente de seus ativos em um horizonte de longo prazo sempre visando preservação de capital, tolerância a risco, liquidez compatível com as obrigações, custos razoáveis e maximização do retorno, que submete a aprovação do Conselho Deliberativo da Entidade. Fica sob responsabilidade do Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da Entidade.

Os investimentos descritos neste documento levaram em conta as diretrizes que regem as aplicações dos recursos das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), de acordo com a Resolução CMN nº 4.661, Resolução Bacen 4.449, Resolução CGPC 04, Resolução CGPC 07, Instruções Previc 02 e 06, e suas alterações e restrições específicas avaliadas.

2. PREMISSAS BÁSICAS

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO administra planos de benefícios para diversos grupos de participantes e instituidores, com independência patrimonial. Por congregarem mais de um instituidor e patrocinador, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO é, também, qualificada como fundo multinstituído e multipatrocinado.

A política de investimentos, assim como a estratégia de gestão, foi elaborada com base na especificação e quantificação dos objetivos, restrições e preferências da MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO.

Na implementação desta política, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica parte de seus recursos em ativos de renda fixa, lastreados em

juros e inflação, parte em renda variável, diversificados entre fundos de investimento em ações (FIA) de gestores previamente aprovados e Fundos de índice (ETF), parte em investimentos estruturados, tais como fundos multimercados também de gestores previamente aprovados, além de investimentos no exterior, através de ativos emitidos no exterior pertencentes às carteiras de fundos constituídos no Brasil, observada a regulamentação estabelecida pela CVM. Essas aplicações são escolhidas respeitando os objetivos definidos nesta política de investimentos e as restrições legais existentes.

3. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Segundo o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial, a empresa socialmente responsável é a que possui a capacidade de ouvir os interesses das diferentes partes (acionistas, funcionários, prestadores de serviço, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e meio ambiente) e de tentar incorporá-los no planejamento de suas atividades, buscando considerar as demandas de todos e não apenas dos acionistas ou proprietários.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO, além de ser uma entidade socialmente responsável, pelo compromisso e respeito que dispensa nas relações com colaboradores, fornecedores, parceiros, participantes, patrocinadores e instituidores, credores, comunidade, governo e meio ambiente, ao selecionar seus parceiros busca a observância dos princípios de responsabilidade socioambiental e compromisso com suas partes relacionadas.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO aplica os recursos da Entidade buscando maximizar a rentabilidade dos ativos considerando os fatores de risco, segurança, solvência e liquidez, observando as melhores práticas do ponto de vista da responsabilidade socioambiental em empresas ou na implantação de projetos/empreendimentos, que minimizem os efeitos nocivos.

4. COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO

Na composição do portfólio de investimentos dos Planos de Benefícios, a MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO considera a fase em que o participante se encontra, priorizando uma gestão de recursos com foco na maximização da rentabilidade, com um nível de risco confortável. No Plano de Gestão Administrativa (PGA) os recursos são integralmente aplicados em renda fixa.

A MONGERAL AEGON FUNDO DE PENSÃO poderá utilizar-se de posições em derivativos para fins de investimento e ou para proteção de carteira, considerando as estratégias nos diversos segmentos permitidos.

5. QUADROS RESUMO

5.1. Plano de Benefício Contabilprev

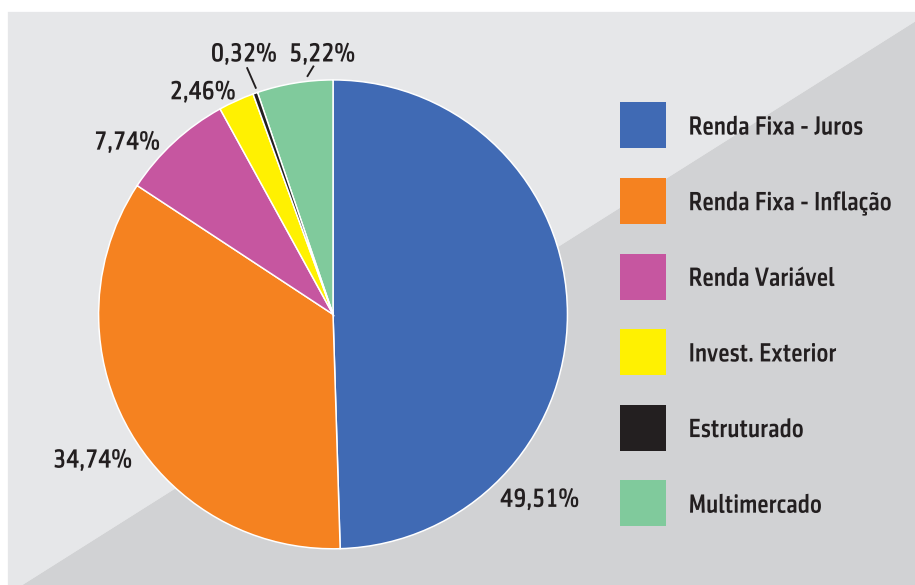
5.1.1. Fase de Acumulação:

ALOCAÇÃO DE RECURSOS (SEGMENTOS E CARTEIRAS DE APLICAÇÃO)	LIMITE INFERIOR (%)	LIMITE SUPERIOR (%)	META DE ALOCAÇÃO	META DE RENTABILIDADE	BENCHMARK
RENDA FIXA	30%	100%	62%	10,79%	CDI / IPCA
JUROS	20%	85%	32%	11,14%	CDI
Títulos Públicos Federais	0%	85%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	50%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	50%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	85%			
INFLAÇÃO	10%	60%	30%	10,42%	IPCA
Títulos Públicos Federais	0%	60%			
Títulos de Companhias Abertas	0%	20%			
Títulos de Instituições Financeiras	0%	20%			
Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa	0%	60%			
RENDA VARIÁVEL	5%	30%	15%	16,69%	IBRX
Cotas de Fundos de Investimento em Ações	0%	30%			
Cotas de Fundos de Índice (ETF)	0%	30%			
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0%	15%	15%	16,71%	CDI
Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0%	15%			
Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0%	15%			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0%	10%	8%	10,00%	GLOBAL INDEX
Cotas de Fundos de Investimento constituídos no Brasil, compostos com ativos emitidos no exterior	0%	10%			
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	0%	20%	0%	-	CDI
Cotas de Fundos de Investimento imobiliário	0%	20%			
Certificados de Recebíveis Imobiliários	0%	20%			
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	0%	15%	0%	-	INPC
Empréstimos pessoais	0%	15%			
Financiamentos imobiliários	0%	15%			
TOTAL			100%	12,50%	

HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

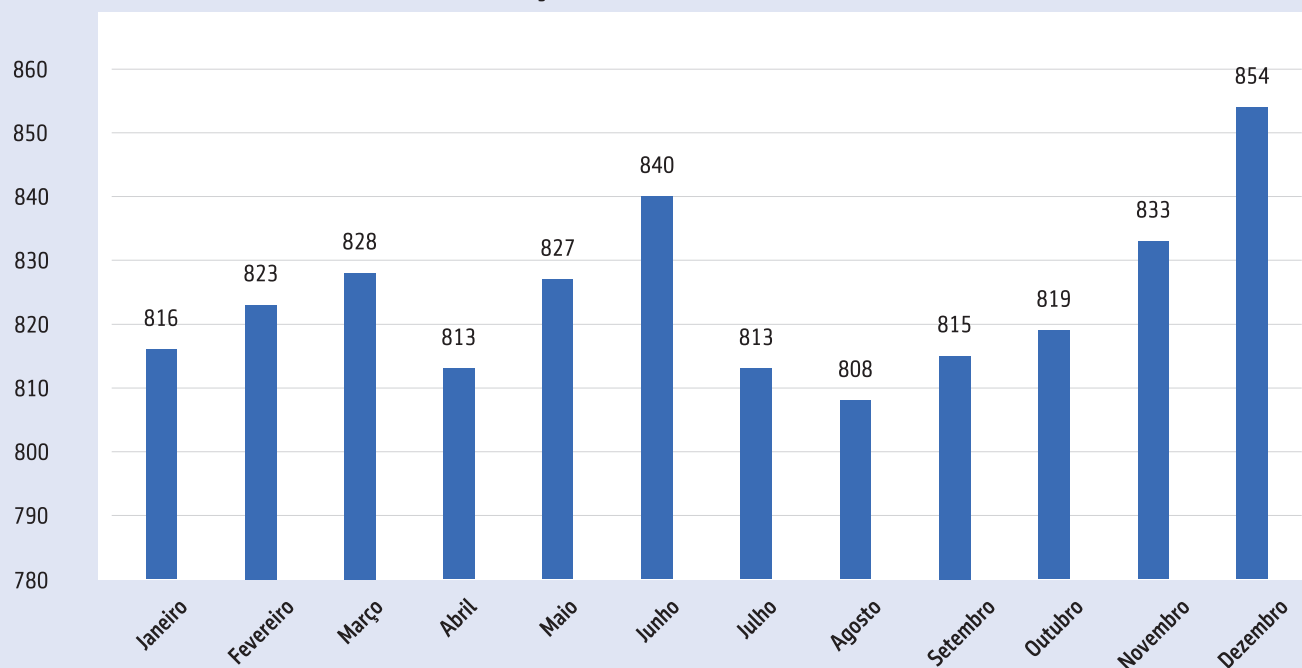
	2017	2018	2019	2020	2021	ACUMULADO
PB Contabilprev	12,47%	7,58%	13,29%	0,11%	2,28%	40,36%
Segmento de Renda Fixa	12,42%	6,80%	10,68%	5,41%	5,82%	48,23%
Segmento de Renda Variável	30,04%	10,29%	36,80%	-1,69%	-0,53%	91,86%
Segmento de Investimentos Estruturados	3,41%	6,02%	9,54%	-1,90%	-19,26%	-4,88%
Segmento de Investimentos no Exterior	7,46%	0,00%	12,53%	-3,08%	13,50%	33,02%
Segmento de Imóveis	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Segmento de Operações com Participantes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

DISTRIBUIÇÃO DAS APLICAÇÕES NA CARTEIRA



EVOLUÇÃO PATRIMONIAL 2021

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL / 1000



Parecer Atuarial

1. OBJETIVO

O presente Parecer Atuarial atende ao artigo 2º da Portaria nº 1106 de 23 de dezembro de 2019, que estabelece a necessidade deste para a composição da Demonstração Atuarial e tem por finalidade mensurar as Provisões Matemáticas e apurar os resultados do **Plano de Benefícios Previdenciários CONTÁBILPrev – Plano CONTÁBILPrev**, administrado pelo **Mongeral Aegon Fundo de Pensão**.

O Plano CONTÁBILPrev é estruturado na modalidade de Contribuição Definida e, portanto, não possui riscos atuariais. As obrigações do plano com seus participantes correspondem aos saldos de conta individualizados atualizados pela rentabilidade líquida do plano.

Assim, os resultados apurados pela Avaliação Atuarial, de acordo com o Regulamento e a Nota Técnica Atuarial, e demonstrados neste documento baseiam-se em levantamento estatístico dos dados cadastrais da população abrangida, considerando suas características financeiras e demográficas e também na legislação pertinente, que devem ser objeto de análise e estudo dos Instituidores e da Entidade Fechada de Previdência Complementar.

2. BASE CADASTRAL

A base cadastral com data-base em 31/12/2021 foi submetida a testes de consistência julgados necessários, sendo a referida base considerada consistente para os cálculos da Avaliação Atuarial referente ao exercício financeiro de 2021. Também foram utilizadas para o presente parecer as informações contábeis referentes ao mesmo período.

3. ESTATÍSTICAS

Participantes Ativos

ITEM	2020	2021
Número de participantes ativos*	108	104
Idade média (anos)	44,87	46,14
Tempo médio de filiação ao plano (anos)	5,12	5,84
Contribuição média	R\$ 153,04	R\$ 149,97
Saldo individual médio	R\$ 7.021,67	R\$ 7.908,52

(*) Quantidade contempla participantes aguardando resgate.

Percebe-se que no que tange aos participantes ativos no plano, teve um decréscimo no número de participantes em 2021 na ordem de 3,70% quando comparado ao quantitativo de participantes ativos do ano de 2020. Os participantes ativos ainda tiveram variação negativa da contribuição média na ordem de 2,01% e uma variação positiva no saldo individual médio cresceu 12,63%.

4. HIPÓTESES ATUARIAIS

Conforme descrito na Resolução CNPC nº 30, de 10 de novembro de 2018, as hipóteses atuariais podem ser classificadas como biométricas, demográficas, econômicas e financeiras e devem ser adequadas às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do Plano. Seguem abaixo as hipóteses analisadas na Avaliação Atuarial 2021:

- a) Taxa Real de Juros: 3,26% a.a.
- b) Tábua de Mortalidade Geral: AT 2000 – F Suavizada 10%; e
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT 2000 – F Suavizada 10%.

Apresentamos através do Parecer sobre as Premissas Atuariais 19/2021 posicionamento conclusivo acerca das hipóteses atuariais atualmente adotadas pelo Plano CONTÁBILPrev, conforme consta no documento em epígrafe todas as hipóteses foram mantidas com exceção da taxa de juros que tem como obrigatoriedade a reavaliação anual.

Para determinação da taxa de juros foi realizado uma análise histórica de rentabilidade real média do plano, que está de acordo com a Política de Investimentos do Mongeral Aegon Fundo de Pensão, demonstrando assim a expectativa de retorno dos investimentos do plano compatível com a taxa de juros mínima sugerida para adoção como índice de referência do plano de benefícios.

A taxa de juros de 3,26% a.a. irá vigorar a partir de 01/01/2022, como no Plano CONTÁBILPrev a taxa de juros não é utilizada na concessão ou no recálculo dos benefícios, portanto, não haverá impacto nos mesmos decorrente da alteração dessa hipótese.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), ressaltamos que as hipóteses atuariais não são utilizadas para apuração das obrigações do plano de benefícios junto a seus participantes.

5. REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS DE FINANCIAMENTO

Registramos que para a Avaliação Atuarial do Plano CONTÁBILPrev, foram utilizados o regime financeiro de Capitalização e o método de Capitalização Financeira Individual. Os compromissos e as obrigações na data de avaliação foram apresentados através das Provisões Matemáticas contabilizados nos balanços patrimoniais posicionados em 31/12/2021, sendo essas obrigações equivalentes, a qualquer momento, ao saldo da Conta Participante acumulado até o momento da avaliação.

Por se tratar de um plano estruturado na modalidade de Contribuição Definida (CD), os benefícios de prestação continuada têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta individual mantido em favor do participante.

Por fim, registramos que, não há garantia mínima de rentabilidade no plano de benefícios.

6. CUSTEIO DO PLANO

As contribuições destinadas ao custeio previdencial do Plano CONTABILPREV serão vertidas pelos participantes e pelos instituidores na forma prevista no regulamento do Plano.

Os participantes e patrocinadores contribuirão com valor de livre escolha observado o valor mínimo de contribuição do plano.

O custeio administrativo definido no orçamento anual foi alvo de parecer próprio e será pago conforme Seção III do Capítulo IV do Regulamento do Plano CONTABILPREV.

7. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Segue abaixo a estrutura contábil resumida das Provisões Matemáticas do Plano CONTÁBILPrev em 31/12/2020 e em 31/12/2021, data-base da presente Avaliação Atuarial:

CONTA	DESCRIÇÃO	2020	2021
2.3	Patrimônio Social	R\$ 802.722,73	R\$ 829.635,47
2.3.1	Patrimônio de Cobertura do Plano	R\$ 800.470,35	R\$ 822.485,87
2.3.1.1	Provisões Matemáticas	R\$ 800.470,35	R\$ 822.485,87
2.3.1.1.01	Benefícios Concedidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01	Contribuição Definida	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos Assistidos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02	Benefícios a Conceder	R\$ 800.470,35	R\$ 822.485,87
2.3.1.1.02.01	Contribuição Definida	R\$ 800.470,35	R\$ 822.485,87
2.3.1.1.02.01.01	Saldo de Contas – Patroc/Inst	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.1.02.01.02	Saldo de Contas – Participantes	R\$ 800.470,35	R\$ 822.485,87
2.3.1.2	Equilíbrio Técnico	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01	Resultados Realizados	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01	Superávit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.01	Reserva de Contingência	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.01.02	Reserva Especial Revisão de Plano	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.1.2.01.02	(-) Déficit Técnico Acumulado	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2.3.2	Fundos	R\$ 2.592,99	R\$ 7.149,60
2.3.2.1	Fundos Previdenciais	R\$ 75,67	R\$ 172,77
2.3.2.2	Fundos Administrativos	R\$ 2.176,71	R\$ 6.976,83
2.3.2.3	Fundos Dos Investimentos	R\$ 0,00	R\$ 0,00

O percentual que o montante da provisão de Benefício a Conceder representa em relação as provisões matemáticas continuou a ser de 100% em função da não ocorrência de concessão de benefício de prestação continuada.

O patrimônio de cobertura no exercício de 2021 aumentou em 2,75% com relação ao encerramento do exercício de 2020. Atualizando o patrimônio de cobertura observado no encerramento da avaliação de 2020 pelo INPC acumulado no ano de 2021 teríamos um valor 10,16% maior do que o observado em 2021. O patrimônio do encerramento de 2020 atualizado pelo índice de referência do Plano (INPC + 3,72 a.a.) apresentaria um resultado superior em 14,26% com relação ao patrimônio do encerramento do exercício de 2021.

Analisando o exercício de 2021, observa-se que a rentabilidade do plano alcançou 2,35%, enquanto o índice de referência montou em 14,26%, o que demonstra que a rentabilidade obtida pelo plano foi inferior em 10,42% (p.p.), em relação ao respectivo índice. Da mesma forma, a inflação acumulada no mesmo período foi de 10,16%, de modo que a rentabilidade real auferida neste período foi de -7,09%.

O resultado do patrimônio de cobertura justifica-se, em conjunto com a rentabilidade do Plano CONTÁBILPrev não ter atingido o índice de referência, ao fato das receitas previdenciais do plano terem avultado o valor de R\$ 182.165,21, que representam um total de R\$ 5.403,17 maior do que as despesas previdenciais contabilizadas no exercício de 2021.

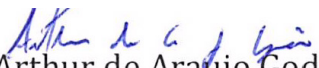
8. CONCLUSÃO

O Plano CONTÁBILPrev, administrado pelo Mongeral Aegon Fundo de Pensão, avaliado em função dos regimes financeiros, métodos de financiamento atuarial e hipóteses atuariais anteriormente descritos, apresentou em 31/12/2021 resultado de equilíbrio técnico.

Por se tratar de plano estruturado na modalidade Contribuição Definida (CD), tanto na fase de acumulação de recursos como na fase de concessão dos benefícios, não existem custos atuariais envolvidos, portanto, o total das obrigações do plano com seus participantes equivale aos seus respectivos saldos de contas individuais, conforme formulação constante em Nota Técnica Atuarial vigente, justificando assim o equilíbrio técnico característico desta modalidade de plano.

Desta forma, atestamos que as informações neste relatório foram avaliadas atuarialmente, refletem as bases cadastrais e estão adequadamente registrados nos balanços contábeis.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2022.


Arthur de Araujo Godinho Luzia
Atuário MIBA – 2.353
MAG GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras Mongeral Aegon Fundo de Pensão

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da Mongeral Aegon Fundo de Pensão (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, da mutação do ativo líquido por plano de benefícios, do ativo líquido por plano de benefícios, do plano gestão administrativa consolidada e das provisões técnicas dos planos de benefícios para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mongeral Aegon Fundo de Pensão em 31 de dezembro de 2021 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc).

2. BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

4. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.
- Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Disciplined by
Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Signed by ANIBAL MANOEL GONCALVES DE OLIVEIRA 00193980744
CPF: 8109695744
Signing Time: 31 March 2022 | 15:38 BRT

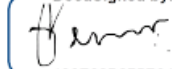

Anibal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O-4

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal do **Mongeral Aegon Fundo de Pensão**, no cumprimento de suas atribuições estatutárias, depois de terem examinado o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutação do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstrac o da Mutação do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstrac o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstrac o das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas  s Demonstrac es Contábeis consolidadas, o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, todos relativos ao exercício de 2021, são de opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de març o de 2022.

DocuSigned by:



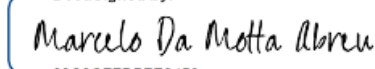
196E83B275E8449

Eug nio Duque Estrada Felipe

Conselheiro – Presidente da mesa

CPF: 754.447.477-15

DocuSigned by:



68C2CEFD87E3458

Marcelo da Motta Abreu

Conselheiro – Secretário da mesa

CPF: 017.938.017-62

Manifestação do Conselho Deliberativo

APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os membros do Conselho Deliberativo da **Mongeral Aegon Fundo de Pensão**, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias e de acordo com as instruções da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), manifestam sua aprovação às Demonstrações Contábeis relativas ao encerramento do exercício social de 2021, após procederem ao exame dos documentos previstos nos normativos regulatórios vigentes, quais sejam: o Balanço Patrimonial Consolidado – BP, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social – DMPS, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido – DMAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Ativo Líquido – DAL por plano de benefício previdencial, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA (consolidada), a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de benefícios – DPT, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis consolidadas; o Parecer do Atuário e o Parecer dos Auditores Independentes, bem como a manifestação da Diretoria Executiva e o Parecer do Conselho Fiscal, pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício findo em dezembro de 2021, manifestam a sua opinião de que tais documentos merecem aprovação.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2022.

DocuSigned by:
Osmar Navarini
3E0D6C2CF2F4410...

Osmar Navarini

Conselheiro (Presidente)

CPF: 301.842.820-04

DocuSigned by:
Patricia Barbosa de Campos Lima
ABD0EC4407B4406...

Patricia Barbosa de Campos Lima

Conselheiro (Secretário)

CPF: 000.761.436-51



0800 887 1613



atendimento@fundodepensao.mag.com.br



magfundodepensao.com.br



Travessa Belas Artes, 15 - Centro
Rio de Janeiro - RJ - CEP 20060-000

MAG

FUNDOS DE PENSÃO

GRUPO MONGERAL  AEGON